

## **CONSTRUINDO OS DIREITOS HUMANOS NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA.**

O abuso ou os maus-tratos contra crianças engloba toda forma de maus-tratos físicos e/ou emocional, abuso sexual, abandono ou trato negligente, exploração comercial ou outro tipo, do qual resulte um dano real ou potencial para a saúde, a sobrevivência, o desenvolvimento ou a dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Considerando que Dados na literatura brasileira aponta que a prevalência dos maus tratos não correspondem a realidade por estes não ser notificados se faz imprescindível a construção de ferramentas visando a prevenção e erradicação deste tipo de violência para crianças e adolescentes. Vários são os esforços realizados ao nível nacional e internacional, sendo constatados que recursos didático e interventivo implementados nos diferentes ambientes nos quais as crianças e adolescentes se desenvolvem são efetivos para a promoção de Direitos Humanos nesta população.

### **PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PARA CRIANÇAS COM MÃE/PAI ENCARCERADO. *Gabriela Reyes Ormeno (Universidade Tuiti do Paraná), Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – LAPREV - Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP)***

Os trabalhos realizados no âmbito nacional e internacional com filhos de encarcerados mostram, em grande parte, que esses já vêm sofrendo negligência ou maus tratos devido ao envolvimento dos pais em questões ilícitas tais como: uso de drogas, violência intrafamiliar, ligação com o crime ou separações anteriores; Além disto apontam os possíveis efeitos causados pela detenção e encarceramento, dos pais, os quais variam dependendo da fase do desenvolvimento no qual a criança se encontra, sendo um fator de risco para o desenvolvimento das mesmas. O objetivo deste trabalho é descrever um programa de intervenção com cinco crianças com pai/mãe encarcerado (três dessas crianças P1, P2 E P3 eram irmãos). As sessões com a crianças aconteceram de forma individual em uma sala da aula da escola que as mesmas frequentavam com autorização da direção e dos responsáveis legais pelas crianças. Foram planejadas 20 sessões de intervenção com uma duração média de aproximadamente 30 minutos. Nelas foram trabalhados tópicos sobre rede de proteção, lidar com o trauma, entendendo o que acontece, formas de enfrentar as adversidades, estigma social, habilidades sociais, etc. Ao início de cada sessão as crianças expressavam suas dificuldades e as suas soluções relacionadas aos problema enfrentados; em seguida era solicitada a tarefa de casa, sendo então introduzida o tema da sessão e finalmente era realizada uma atividade lúdica. P1, realizou apenas 20% do programa da intervenção, pois a mesma faltava freqüentemente na escola. Nas 4 sessões das quais participou esta mostrou-se colaborativa e enajada n o trabalho. P2 e P3 realizaram 10% ou 2 sessões da intervenção. Pelo fato de também apresentar comportamentos inadequados foram instruídos a se retirar da escola. No entanto, isto não foi impedimento de freqüentar o programa, e sim, acontecimentos fatais em suas vidas (morte de sua principal e única cuidadora tia paterna e conseqüentemente a entrada no abrigo da cidade). P4 participou em 90% ou 18 sessões do programa. No entanto, apresentou o problemas para responder aos questionamentos por falta de compreensão das questões, além disto, a criança não sabia ler, escrevendo apenas seu nome em letra de forma e conhecendo apenas as letras do alfabeto, embora a criança cursasse o quarto ano do ensino fundamental. No final do programa, P4 foi expulsa em decorrência de comportamentos inadequados. P5, participou de 10% da

intervenção, pois também faltava muito à escola. Esses resultados mostraram a necessidade e a urgência do atendimento para esta população. A intervenção ilustrou as inúmeras dificuldades enfrentadas por estas crianças, em graves situações de vulnerabilidade social, falta da devida atenção por cuidadores e educadores falta de rede de proteção, além de enfrentar o encarceramento de um de seus pais. Dados da literatura internacional apontam que programas de intervenção com filhos de encarcerados consistem em uma estratégia adequada e vem mostrando resultados positivos, principalmente no que concerne à defesa dos direitos com crianças e adolescentes que carregam o estigma da sociedade por serem filhos de encarcerados.

Apoio financeiro/Bolsa: CNPq / CAPES

Nível do trabalho: Pesquisador - P

Palavras-chave: Intervenção, filhos de encarcerados, criminalidade

Área da Psicologia: DES - Psicologia do Desenvolvimento

**INTERVENÇÃO PSICOTERAPÊUTICA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE MAUS TRATOS INFANTIS.** *Sabrina Mazo D’Affonseca, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, Laboratório de Análise e Prevenção de Violência, São Carlos-SP)*

Há 15 anos o Laboratório de Análise e Prevenção de Violência (LAPREV) desenvolve atividades de pesquisa e extensão com mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, buscando compreender as causas, os efeitos e formas de prevenir esse fenômeno. O presente trabalho visa descrever intervenções e técnicas psicoterapêuticas utilizadas com crianças e adolescentes ao longo dos anos nos atendimentos realizados pela equipe do Laprev. Até 2012, o Laprev atendeu 1059 casos. Desse total 70,6% (n=685) eram mulheres, 32,4% (n=314) crianças e adolescentes e 6,2% (n=60) agressores conjugais. Os atendimentos as crianças eram conduzidos em uma sala do Conselho Tutelar da cidade de São Carlos-SP ou na casa abrigo municipal durante o período em que a criança estava abrigada com sua mãe. As crianças que recebiam atendimento no Conselho Tutelar eram encaminhadas para atendimento por solicitação das mães ao serviço ou pelo conselheiro que acompanhava o caso e verificava a necessidade do tratamento psicológico. Após o encaminhamento do caso, um membro da equipe do Laprev (estudante de graduação ou pós-graduação em Psicologia da UFSCar) entrava em contato com a família e agendava uma sessão de avaliação com a mãe ou outro responsável pela criança, na qual eram coletados dados sobre o desenvolvimento da criança, os fatores de risco presentes no ambiente e variáveis importantes para o estabelecimento de um bom relacionamento, como comunicação, trocas afetivas, manejo de conflito e práticas parentais utilizadas na educação dos filhos. Em seguida, eram conduzidas sessões de avaliação com a criança, nas quais era aplicada a Entrevista Inicial com a Criança e eram analisados os sintomas apresentados pelas crianças, especialmente relacionados ao medo, ansiedade, Transtorno de Estresse Pós Traumático, depressão, autoestima, dificuldade de confiança, distorções cognitivas, agressão, relacionamento com os pares etc. Em seguida, buscava-se determinar a natureza e a severidade dos problemas apresentados, considerando-se fatores de risco para o aparecimento futuro de problemas ou dificuldades. Além disso, era avaliado o grau de problemas apresentados pela criança nos diversos ambientes que ela frequentava: em casa, na escola, na comunidade e nos relacionamentos interpessoais. Após a coleta dessas informações, era elaborado um plano de intervenção que, em geral,

seguia os seguintes passos: psicoeducação, manejo de stress, expressão de afeto e modulação dos sentimentos, estratégias cognitivas para lidar com os pensamentos automáticos, narrativa de trauma e processamento cognitivo. Paralelamente a intervenção com a criança, as mães participavam de sessões que visavam ensinar estratégias de manejo do comportamento dos filhos. Os resultados obtidos com os atendimentos prestados às crianças e adolescentes demonstram ganhos nos aspectos pessoais (aumento de autoestima, diminuição dos sintomas de depressão); escolares (melhora no rendimento acadêmico) e interpessoais (diminuição de envolvimento em brigas) durante o período do atendimento. Muitos casos abandonavam o atendimento, por desabrigamento, por mudança da cidade, ou por dificuldades de os cuidadores levarem as crianças aos atendimentos, o que indica que outras variáveis ambientais, econômicas e sociais atuavam como dificultadoras do progresso terapêutico, de tal maneira que ganhos em longo prazo ficavam comprometidos.

Apoio financeiro/Bolsa: Pró reitoria de Extensão UFSCAR

Nível do trabalho: Pesquisador - P

Palavras-chave: crianças; adolescentes; psicoterapia cognitivo-comportamental

Área da Psicologia: FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

**VÍDEO VIVER OS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: AVALIAÇÃO DA ACEITAÇÃO SOCIAL.** *Ana Carina Stelko-Pereira, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – Universidade Federal de São Carlos – São Paulo)*

Existem poucos materiais pedagógicos a serem utilizados para prevenir violência escolar e bullying no Brasil e que foram testados cientificamente. Uma maneira de se avaliar um material de cunho preventivo consiste em verificar o quanto o público-alvo a quem tal material foi pensado o considera adequado. Diante da carência de materiais pedagógicos testados para prevenir violência escolar, esse estudo envolveu: elaborar o roteiro de um vídeo com tal objetivo e verificar o quanto o seu roteiro foi percebido como adequado pela população alvo. Tal roteiro, resumidamente, consiste em 27 minutos de cenas que ilustram situações de desrespeito aos Direitos Humanos na escola, como situações de violência entre alunos, fornecendo estratégias para educadores lidarem com tais situações. O conteúdo do vídeo baseia-se em documentos nacionais e internacionais referente aos Direitos Humanos, tais como: Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e Declaração dos Direitos da Criança e Convenção sobre os Direitos da Criança. Além disso, o roteiro utiliza como pressuposto estudos científicos nacionais e internacionais sobre o tema da violência escolar, priorizando textos de revisão ou estudos que descrevem métodos rigorosos. O roteiro do vídeo foi avaliado por 30 coordenadores pedagógicos e professores de diferentes escolas de uma cidade de médio porte do interior de São Paulo, em um encontro de duas horas no qual o roteiro foi lido pela primeira autora e, em seguida, os participantes responderam a um questionário fechado sobre o roteiro. Os participantes tinham uma média de idade de 41 anos, com 16 anos de profissão, 24 eram do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Desses, 92% recomendariam o vídeo aos colegas; 74% afirmou que o roteiro é pertinente à realidade escolar; 47% disse que o conteúdo do vídeo é suficiente em relação ao tema da violência escolar; e 41% disse que as soluções para as situações expostas são adequadas. Os educadores pontuaram que parte das soluções para o enfrentamento da violência necessita de empenho de instâncias superiores, como aumento de salário, diminuição da quantidade de alunos por

sala, existência de assistentes sociais e psicólogos na escola. Adicionalmente, alguns educadores destacaram que se deve frisar serem essas soluções apenas sugestões, sendo importante cada realidade escolar criar a sua própria solução ou adaptar as soluções propostas. Houve ainda, educadores que pontuaram a necessidade de medidas mais repressivas, o que não se elucidou no vídeo, pois isso iria na contramão das sugestões dos estudos e da filosofia da educação em Direitos Humanos. Concluiu-se que o roteiro apresentou-se como adequado, necessitando pequenas mudanças para indicar os limites das soluções propostas. Após tal avaliação, o vídeo foi finalizado com o apoio do SENAC, encontrando-se disponível no site [www.laprev.ufscar.br](http://www.laprev.ufscar.br). Sugere-se que sejam realizados outros estudos a respeito dos resultados que podem ser alcançados a partir da utilização do vídeo, agora finalizado e não mais um roteiro, enquanto recurso para prevenir violência escolar.

Apoio financeiro/Bolsa: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Nível do trabalho: Outro

Palavras-chave: violência escolar, bullying, formação de educadores

Área da Psicologia: ESC - Psicologia Escolar e da Educação

**PROFESSORES COMO AUTORES DE VIOLÊNCIA: PRINCIPAIS FORMAS DE VITIMIZAÇÃO E IMPACTO SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES.** *Paloma Pegolo de Albuquerque\*\**, *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams* (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – LAPREV - Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP)

As experiências violentas na escola podem envolver diversos atores escolares (estudantes, professores e funcionários). A literatura sugere que jovens podem experimentar a vitimização escolar perpetrada por professores como um evento traumático, favorecendo o aparecimento de problemas emocionais, sociais, intelectuais e comportamentais. Diante desse cenário e da escassez de pesquisas específicas sobre o tema, duas perguntas permanecem: Quais são as principais experiências aversivas vivenciadas por estudantes e perpetradas por professores? Qual é o tipo de violência mais frequente? O objetivo desse estudo foi descrever os principais tipos de violência experienciados por estudantes (violência física, violência relacional, disciplina injusta, violência verbal, violência sexuais e presenciar violência), cujo autor foi um(a) professor(a) e apontar a frequência dessas ocorrências. Para isso, 691 estudantes de uma Universidade do interior do estado de São Paulo responderam a uma versão traduzida e adaptada para o Brasil da escala Student Alienation and Trauma Survey (SATS-R), instrumento norte-americano retrospectivo que avalia eventos traumáticos na escola. Os estudantes pertenciam a 34 cursos presenciais da universidade, com idade média de 21.1 anos, 54.8% do sexo feminino e 45.2% do masculino. Entre os participantes, 28.6% reportaram ter sido vitimizado por um(a) professor(a) ao menos uma vez durante a vida escolar. Os tipos de vitimização reportados pelos participantes foram: disciplina injusta (65,3%), violência relacional (43%), violência verbal (25,2%), violência física (15,2%), presenciar violência (7,4%) e violência sexual (4,2%). Alguns exemplos de experiências foram: “Não me permitiram ir ao banheiro” (40,2%), “Gritavam comigo” (19,6%) e “Permitiram que outros estudantes me batessem, empurrassem ou me dessem tapas” (3,9%). Entre as dez experiências de vitimização mais frequentes, cinco foram referentes à disciplina injusta, quatro à violência relacional e uma referente à violência verbal. Muitos participantes relataram sintomas de ansiedade e depressão após tais

experiências. Por exemplo, foi encontrada associação entre experiências de disciplina injusta e escores significativos de Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), ou seja, conforme aumentava a ocorrência de experiências de disciplina injusta aumentavam os escores de TEPT ( $X^2(4) = 25,487$ ,  $p < 0,001$ ). Esses resultados apontam que a escola pode ser um local que contribui para a violência escolar, sendo que muitos professores podem ser os autores de tais experiências, impactando o bem estar de diversos alunos. Espera-se que os dados apresentados possam contribuir para o desenvolvimento de programas de prevenção e intervenção à violência e trauma, apontando como a violência perpetrada por professores se caracteriza e também suas consequências para a saúde mental dos estudantes, bem como para seu desenvolvimento acadêmico e sócio-emocional.

Apoio financeiro/Bolsa: Apoio: CNPq Produtividade Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Nível do trabalho: Doutorado - D

Palavras-chave: Vitimização Escolar, Professores, Experiências traumáticas

Área da Psicologia: ESC - Psicologia Escolar e da Educação